

VOTE COM CONSCIÊNCIA: UM COMPROMISSO COM O BEM COMUM

Em 2026, os brasileiros escolherão representantes para diferentes esferas de governo. Conhecer as atribuições de cada cargo fortalece a cidadania e a participação democrática

♦ Renata Moraes ♦



Em outubro, milhões de brasileiros voltarão às urnas para escolher os representantes que conduzirão os rumos do país nos próximos anos. Nas eleições gerais de 2026, os eleitores votarão para presidente da República, governadores, dois senadores por estado, deputados federais e deputados estaduais — ou distritais, no Distrito Federal. Mais do que um dever cívico, o voto representa um compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, democrática e solidária.

No entanto, diante de um cenário marcado pela circulação de desinformação, pela polarização política e pelo grande volume de informações compartilhadas diariamente nas redes sociais, torna-se ainda mais necessário refletir sobre o significado do voto consciente. Escolher um candidato não deve ser resultado apenas da emoção, de afinidades pessoais ou da influência de terceiros, mas de um processo de discernimento fundamentado na verdade, na responsabilidade e no compromisso com o bem comum.

Para os cristãos católicos, a participação política faz parte da vivência da fé. A Doutrina Social da Igreja recorda que a política, quando orientada pela ética e pelo serviço, é uma das formas mais elevadas de promover a caridade. Não por acaso, São Paulo VI a definiu como “uma das formas mais altas da caridade”, pois busca transformar estruturas sociais para que favoreçam a dignidade humana.

Mais recentemente, o Papa Francisco, na encíclica *Fratelli Tutti*, reforçou que a “melhor política” é aquela colocada a serviço da fraternidade e da promoção integral da pessoa humana. Já o Papa Leão XIV, na recente encíclica *Magnifica Humanitas*, destaca que toda ação política deve manter a pessoa humana no centro das decisões, especialmente diante dos desafios sociais, econômicos e tecnológicos do mundo contemporâneo.

Nesse contexto, compreender o papel de cada cargo eletivo é o primeiro passo para um voto responsável.

CONHEÇA AS ATRIBUIÇÕES DE CADA CARGO

É comum encontrar eleitores que atribuem responsabilidades equivocadas aos candidatos ou cobram promessas que sequer pertencem às atribuições do cargo disputado. Conhecer a função de cada representante ajuda a avaliar se as propostas apresentadas são viáveis e compatíveis com a função que ele pretende exercer.

No Poder Executivo estão os cargos de presidente da República e governador. O presidente é o chefe de Estado e de Governo. Cabe a ele administrar o país, conduzir políticas públicas nacionais, propor o Orçamento da União, sancionar ou vetar leis aprovadas pelo Congresso Nacional, nomear ministros, representar o Brasil nas relações internacionais e comandar as Forças Armadas.

Já o governador é responsável pela administração do estado, uma unidade federativa. Entre suas atribuições estão coordenar áreas como segurança pública, saúde, educação estadual, infraestrutura e transporte, além de administrar os recursos públicos estaduais e sancionar ou vetar leis aprovadas pela Assembleia Legislativa.

No Poder Legislativo, os eleitores escolherão dois senadores, deputados federais e deputados estaduais.

Os senadores representam os estados no Congresso Nacional e exercem mandato de oito anos. Além de elaborar e votar leis federais, possuem competências exclusivas, como aprovar autoridades indicadas pelo presidente da República, entre elas ministros dos tribunais superiores, e julgar processos de *impeachment* previstos na Constituição. Em 2026, excepcionalmente,



Carlos Cordeiro, integrante da Pastoral Fé e Cidadania da Região Brasilândia.

cada eleitor votará em dois candidatos ao Senado, já que dois terços das cadeiras da Casa serão renovados.

Os deputados federais representam a população de seus estados na Câmara dos Deputados. São responsáveis por elaborar leis federais, fiscalizar o Poder Executivo, aprovar o Orçamento da União e participar de comissões e investigações parlamentares. Já os deputados estaduais atuam nas Assembleias Legislativas, elaborando leis estaduais, fiscalizando a administração do governador, votando o orçamento do estado e propondo políticas públicas voltadas às necessidades da população local.

Entender essas diferenças permite que o eleitor avalie as propostas apresentadas durante a campanha e reconheça quando determinado candidato promete realizar ações que, na prática, não pertencem às competências do cargo que pretende ocupar.

FÉ, CIDADANIA E COMPROMISSO COM O BEM COMUM

Para o economista Carlos Cordeiro, integrante da Pastoral Fé e Cidadania da Região Brasilândia, votar conscientemente é uma consequência natural da vivência cristã.

“O voto consciente é uma das maiores expressões da cidadania e do compromisso cristão com a construção do bem comum. A fé cristã não pode ser vivida apenas no âmbito pessoal ou dentro das igrejas; ela também nos chama à responsabilidade com a sociedade, especialmen-

te com os mais pobres, com os excluídos e com aqueles que mais sofrem as consequências das desigualdades.”

Carlos destaca que as escolhas feitas nas urnas impactam diretamente a vida cotidiana da população, sobretudo nas periferias. Como exemplo, cita a realidade da Brasilândia, região que enfrenta desafios históricos relacionados à habitação, à educação, ao acesso aos serviços públicos e à desigualdade social. “O Brasil figura entre as maiores economias do mundo, mas continua convivendo com profundas desigualdades. Isso exige do eleitor uma reflexão séria sobre quais propostas realmente contribuem para reduzir essas diferenças e promover políticas públicas voltadas à dignidade da população”, afirma.

Votar também significa assumir o compromisso de acompanhar, posteriormente, a atuação dos eleitos, fiscalizando mandatos e cobrando coerência entre promessas e ações. Se conhecer as atribuições dos cargos é um passo importante para o voto consciente, saber distinguir informação verdadeira de conteúdos manipulados tornou-se um desafio igualmente decisivo nas eleições contemporâneas. A rapidez com que as notícias circulam nas redes sociais, muitas vezes impulsionadas por algoritmos, inteligência artificial e perfis automatizados, exige do eleitor uma postura ainda mais crítica.

Cordeiro observa que o ambiente digital ampliou o acesso à informação, mas também facilitou a disseminação de notícias falsas, discursos de ódio e narrativas que pouco contribuem para o debate democrático.

“O compromisso do cristão deve ser sempre com a verdade. Muitas vezes, recebemos uma mensagem e a compartilhamos sem verificar sua veracidade, apenas porque favorece um candidato de nossa preferência ou prejudica outro. Essa atitude não está em sintonia com o Evangelho.” O economista também alerta para outro fenômeno observado nos últimos processos eleitorais: a utilização da religião como instrumento de disputa política. É preciso discernir quando a fé é vivida como serviço ao próximo e quando passa a ser utilizada apenas como estratégia para conquistar votos ou dividir a sociedade. “Nem toda mensagem que utiliza linguagem religiosa expressa, necessariamente, os valores do Evangelho”, ressalta.

A POLÍTICA COMO EXPRESSÃO DA CARIDADE

Para a coordenadora da Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de São Paulo e da Escola Fé e Política Wal-



Imagem: Arquivo Pessoal

Márcia Mathias de Castro - coordenadora da Pastoral Fé e Política da Arquidiocese de São Paulo e da Escola Fé e Política Waldemar Rossi.

demar Rossi, Márcia Mathias de Castro, compreender a política como dimensão da missão cristã continua sendo um dos grandes desafios da Igreja.

A participação política nasce do próprio Evangelho e do compromisso com a promoção da vida. “A política é o caminho para o bem comum e ‘uma das formas mais altas da caridade’, como nos disse o Papa Paulo VI.”

A coordenadora explica que essa caridade vai muito além da assistência imediata. “A caridade política visa à promoção da vida dessas pessoas para a condição de dignidade.

A transformação social acontece quando a pessoa humana é colocada no centro das decisões políticas, e não os interesses econômicos”, enfatiza.

Inspirada na Doutrina Social da Igreja, a Pastoral Fé e Política procura formar cidadãos capazes de compreender que a democracia não se resume ao ato de votar. “A Constituição afirma que o poder pertence ao povo e pode ser exercido diretamente ou por meio de seus representantes. Por isso, participar da vida pública também faz parte da responsabilidade cristã.”

A missão da Pastoral está fundamentada no anúncio de Jesus Cristo, que veio “para que todos tenham vida e a tenham em abundância” (Jo 10,10). Isso significa trabalhar para que todas as pessoas tenham acesso aos direitos fundamentais, como moradia, educação, saúde, trabalho, cultura, mobilidade e lazer.

FORMAÇÃO PARA UMA CIDADANIA COMPROMETIDA

Há 14 anos, a Escola Fé e Política Waldemar Rossi, da Arquidiocese de São Paulo, promove a formação de lideranças leigas inspirada na Doutrina Social da Igreja. Entre os princípios trabalhados estão o bem comum, a solidariedade, a subsidiariedade e a justiça social.

Para Márcia, um dos principais desafios é despertar nos cristãos o interesse pela formação política. “Viver a fé dentro da igreja é difícil; viver fora, na busca do bem comum, é mais difícil, uma vez que exige formação, reflexão, encontro, oração e participação nos diversos espaços. Seguir Jesus Cristo implica uma decisão, um caminho que é ético, que busca o bem de todos, do coletivo. Implica renunciar a interesses pessoais e colocar-se a serviço do que é melhor para o coletivo.”

E completa: “O critério parte dos pobres, daqueles que estão excluídos do acesso aos direitos básicos e, portanto, da vida com dignidade.”

Outro obstáculo apontado pela coordenadora é a dificuldade do diálogo em uma sociedade profundamente polarizada, na qual a cultura do confronto tem substituído a cultura do encontro. “Quem pensa diferente não é inimigo. O diálogo amplia nossos horizontes e nos ajuda a compreender outras realidades. Podemos concordar ou discordar com respeito, sem jamais desumanizar o outro.”

Ao refletir sobre a participação dos cristãos na vida pública, Márcia recorda que a encíclica *Fratelli Tutti*, publicada pelo Papa Francisco em 2020, permanece uma das mais importantes referências para compreender o papel da política na construção de uma sociedade mais fraterna. O documento apresenta um forte convite para superar a lógica da polarização, do individualismo e dos interesses particulares, propondo uma política voltada para o serviço, o diálogo e a promoção da dignidade humana.

“O Papa Francisco nos chamou à amizade social, a um amor que ultrapassa as barreiras geográficas, culturais e ideológicas. A política não deve estar submetida apenas aos interesses econômicos, mas deve colocar a pessoa humana no centro de todas as decisões.”

Em um tempo marcado por desafios sociais, econômicos, ambientais e culturais, o convite permanece atual: parar, pensar e escutar. Escutar a realidade, os clamores dos mais vulneráveis, a verdade dos fatos e a própria consciência. Somente assim, o voto deixa de ser um gesto isolado para tornar-se uma expressão concreta de responsabilidade cidadã e de esperança na construção de um Brasil mais justo, fraterno e comprometido com a vida.●

ANTES DE VOTAR, CONFIRA!

O voto consciente também exige cuidado com as informações que chegam até você. Antes de decidir ou compartilhar um conteúdo sobre as eleições:

- Verifique a fonte da informação;
- desconfie de mensagens sem autoria ou com tom alarmista;
- consulte mais de uma fonte confiável;
- pesquise a trajetória e as propostas dos candidatos;
- não compartilhe informações sem confirmar se são verdadeiras.

“*Conhecereis a verdade, e a verdade vos libertará.*”
(Jo 8,32)